

# **POLÍCIA MILITAR**

**DE MINAS GERAIS**

## **DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO**

**EAP-2022 (1º SARGENTO QPPM E QPE)**  
(Edital DRH/CRS nº 01, de 23 de março de 2022)

### **GABARITO PRELIMINAR**

1ª QUESTÃO	A	B	C	D
2ª QUESTÃO	A	B	C	D
3ª QUESTÃO	A	B	C	D
4ª QUESTÃO	A	B	C	D
5ª QUESTÃO	A	B	C	D
6ª QUESTÃO	A	B	C	D
7ª QUESTÃO	A	B	C	D
8ª QUESTÃO	A	B	C	D
9ª QUESTÃO	A	B	C	D
10ª QUESTÃO	A	B	C	D
11ª QUESTÃO	A	B	C	D
12ª QUESTÃO	A	B	C	D
13ª QUESTÃO	A	B	C	D
14ª QUESTÃO	A	B	C	D
15ª QUESTÃO	A	B	C	D
16ª QUESTÃO	A	B	C	D
17ª QUESTÃO	A	B	C	D
18ª QUESTÃO	A	B	C	D
19ª QUESTÃO	A	B	C	D
20ª QUESTÃO	A	B	C	D

21ª QUESTÃO	A	B	C	D
22ª QUESTÃO	A	B	C	D
23ª QUESTÃO	A	B	C	D
24ª QUESTÃO	A	B	C	D
25ª QUESTÃO	A	B	C	D
26ª QUESTÃO	A	B	C	D
27ª QUESTÃO	A	B	C	D
28ª QUESTÃO	A	B	C	D
29ª QUESTÃO	A	B	C	D
30ª QUESTÃO	A	B	C	D
31ª QUESTÃO	A	B	C	D
32ª QUESTÃO	A	B	C	D
33ª QUESTÃO	A	B	C	D
34ª QUESTÃO	A	B	C	D
35ª QUESTÃO	A	B	C	D
36ª QUESTÃO	A	B	C	D
37ª QUESTÃO	A	B	C	D
38ª QUESTÃO	A	B	C	D
39ª QUESTÃO	A	B	C	D
40ª QUESTÃO	A	B	C	D

Belo Horizonte, 25 de julho de 2022

**(a) CLAUDIO APARECIDO DA SILVA, TEN CEL PM**  
**CHEFE DO CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO**



**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS  
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO**



**EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA OS 1º TENENTES DO QOPM, QOC, QOE E QOS E PARA OS 1º E 3º SARGENTOS DO QPPM E QPE DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS PARA O ANO DE 2022.**

**EAP/2022 – 1º SARGENTO QPPM E QPE  
(Edital DRH/CRS n. 01/2022, de 23 de março de 2022).**

*Legislação Jurídica – Legislação Institucional – Doutrina Operacional.*

**NOME:** \_\_\_\_\_  
**CPF:** \_\_\_\_\_ **IDENTIDADE:** \_\_\_\_\_  
**NR PM:** \_\_\_\_\_ **SALA:** \_\_\_\_\_  
**DATA:** \_\_\_\_\_

**ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS:**

1. Respeitar rigorosamente as normas de prevenção da COVID-19.
2. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
3. Prova sem consulta.
4. Esta prova contém 40 (quarenta) questões, valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
5. Para cada questão existe somente uma resposta correta.
6. Responda as questões e marque a opção na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta). É proibido utilizar lápis, lapiseira ou similares e borracha.
7. Não será admitido qualquer tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas, ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
8. O tempo máximo permitido para a realização da prova objetiva será de 03 (três) horas, assim distribuídos: das 08h30 às 11h30: resolução da prova objetiva e preenchimento da folha de respostas.
9. É proibido o porte/posse de lápis, lapiseira, borracha, de aparelhos e equipamentos eletrônicos, computadores, máquinas calculadoras, telefones celulares, relógios de qualquer tipo, alarmes de veículos, chaves ou outros similares.
10. Iniciada a prova, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros (respeitadas as regras de controle e prevenção da COVID-19), no intervalo de tempo abrangido pela segunda hora de realização da prova, devidamente acompanhados por fiscal do concurso.
11. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas da prova objetiva e o caderno de provas, devidamente preenchidos, conferidos e assinados.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Candidato**



## LEGISLAÇÃO JURÍDICA

**1ª QUESTÃO** – Em relação ao previsto no **Código Penal Militar – Decreto-lei nº 1.001/69**, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. ( ) Não se aplica a lei penal militar, fora do território brasileiro, quando um militar da PMMG, em situação de atividade, comete crime de lesão corporal, tendo também um militar da PMMG, em situação de atividade, como vítima.
- B. ( ) O militar da reserva empregado na administração militar, não pratica crime militar previsto na legislação penal contra militar em situação de atividade.
- C. ( ) Não é punível o inferior que age em estrita obediência a ordem direta de superior hierárquico, em matéria de serviço, mesmo quando houver excessos nos atos ou na forma de execução.
- D. ( ) Um 3º Sargento, Comandante de Destacamento, é considerado superior de outro 3º Sargento pertencente ao efetivo do mesmo destacamento, para efeito de aplicação da lei penal militar.

**2ª QUESTÃO** – Em relação ao previsto no **Código Penal Militar – Decreto-lei nº 1.001/69**, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. ( ) Mesmo não participando de um motim, o militar em situação de atividade também comete crime militar caso alicie outros militares a reunirem para agirem contra ordem recebida de superior.
- B. ( ) Não pode ser considerado crime militar apenas a promoção por militar em situação de atividade de reunião para discussão de ato de superior ou assunto atinente à disciplina militar.
- C. ( ) Não há tipificação para considerar como crime militar, o superior em situação de atividade que desacata inferior componente de guarnição policial em serviço.
- D. ( ) Considera-se crime militar a conduta de superior em situação de atividade que deixa de responsabilizar subordinado que comete infração no exercício do cargo mesmo que falte ao superior competência.

**3ª QUESTÃO** – Considerando o que dispõe o **Código Penal – Decreto-lei nº 2.848/40**, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. ( ) Para que o homicídio seja qualificado como feminicídio, é necessária a existência de relacionamento conjugal entre autor e vítima, não bastando ser crime praticado por razões da condição de sexo feminino.
- B. ( ) Configura-se crime de constrangimento ilegal constranger alguém com emprego de arma de fogo a fazer o que a lei não manda.
- C. ( ) Constitui crime de furto a subtração de coisa alheia móvel, energia elétrica, água, dados de internet mesmo não tendo valor econômico.
- D. ( ) O emprego de arma de fogo no cometimento do crime de roubo não possibilita aumento de pena visto que configura-se a grave ameaça prevista no caput do artigo.

**4ª QUESTÃO** – Considerando o **Código Penal – Decreto-lei nº 2.848/40**, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. ( ) Constitui conduta criminosa o fato de oferecer, sem consentimento dos participantes, por qualquer meio, vídeo que contenha cena de sexo.
- B. ( ) Praticar ato libidinoso na presença de alguém de 16 anos de idade constitui o crime de satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.
- C. ( ) No caso do crime de injúria, há previsão de majoração de pena se o crime consistir na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência.
- D. ( ) Para configurar o crime de estupro não há necessidade da grave ameaça ou violência bastando o constrangimento e a confirmação da conjunção carnal ou outro ato libidinoso.

**5ª QUESTÃO** – Conforme o **Código de Processo Penal – Decreto-lei nº 3.689/41**, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. ( ) Ao juiz de garantias é cobrada a responsabilidade pelo controle da legalidade da investigação criminal bem como a correta aplicação das penas no âmbito da execução penal.
- B. ( ) As provas ilícitas podem permanecer nos processos, mas não devem ser consideradas para se proferir a sentença.
- C. ( ) Ao juiz, de ofício, é facultado ordenar, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas urgentes e relevantes, observando a necessidade, adequação e proporcionalidade da medida.
- D. ( ) A confissão do acusado em infração penal, mesmo tendo sido deixado vestígio e sendo possível o exame de corpo de delito, pode suprir o exame de corpo de delito para liberação do local do crime e otimização do trabalho policial.

**6ª QUESTÃO** – Conforme disposto no **Código de Processo Penal – Decreto-lei nº 3.689/41**, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. ( ) A coleta dos vestígios deve ser realizada somente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, o que impossibilita, ao policial militar, o respectivo recolhimento e entrega para a autoridade competente.
- B. ( ) Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.
- C. ( ) Não será procedida busca domiciliar quando for necessário apreender pessoas vítimas de crimes.
- D. ( ) A busca domiciliar poderá ocorrer à noite desde que haja autorização do juiz competente.

**7ª QUESTÃO** – Com base no **Código de Processo Penal Militar - Decreto-lei nº 1.002/69**, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. ( ) Nos casos em que policiais militares figurarem como investigados em procedimentos extrajudiciais cujo objeto seja a investigação de fatos relacionados ao uso da força letal praticados no exercício profissional, em nenhuma hipótese a Instituição a que estava vinculado o investigado à época da ocorrência dos fatos fica obrigada a indicar defensor para a representação do investigado.
- B. ( ) A designação de escrivão no inquérito caberá sempre ao encarregado.
- C. ( ) A prisão de militar deverá ser feita por qualquer outro militar, independentemente do Posto ou Graduação do autor da prisão, desde que seja realizada por integrante da mesma Instituição.
- D. ( ) De acordo com o artigo 10, o inquérito policial militar é iniciado mediante portaria.

**8ª QUESTÃO** – Com base no **Código de Processo Penal Militar - Decreto-lei nº 1.002/69**, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. ( ) O militar de patente superior à da autoridade notificante, na condição de testemunha, notificada regularmente, pode deixar de comparecer mesmo sem justo motivo em razão de sua condição hierárquica.
- B. ( ) Consumado o crime de deserção, nos casos previstos na lei penal militar, o comandante da Unidade fará lavrar o respectivo termo independentemente de testemunha.
- C. ( ) Após a lavratura do termo de deserção, deve ser instaurado o devido inquérito policial militar a fim de fornecer os elementos necessários para a propositura da ação para sujeitar o desertor à prisão.
- D. ( ) O Inquérito Policial Militar pode ser iniciado mediante portaria em virtude de requisição do Ministério Público.

**9ª QUESTÃO** – De acordo com as previsões normativas da **Lei nº 8.429/92 que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito**, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. ( ) Considera-se ato de improbidade administrativa as ações ou omissões, dolosas ou culposas, tipificadas não apenas na Lei nº 8.429/92 mas também no Código Penal Brasileiro.
- B. ( ) As disposições previstas na Lei nº 8.429/92 são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, concorra dolosamente para a prática de ato de improbidade.
- C. ( ) Nas ações por improbidade administrativa somente poderá ser formulado pedido de indisponibilidade de bem após oitiva prévia do réu.
- D. ( ) O agente público é obrigado a atualizar anualmente a declaração de bens no serviço de pessoal competente sob pena de multa ou suspensão dos vencimentos.

**10ª QUESTÃO** – De acordo com a **Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito**, em especial quanto aos atos de improbidade administrativa, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. ( ) Não constitui ato de improbidade administrativa nomear parente por afinidade até o terceiro grau para o exercício de cargo em comissão ou confiança.
- B. ( ) Constitui ato de improbidade deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação.
- C. ( ) Constitui ato de improbidade administrativa revelar fato de que tem ciência em razão das atribuições e que devia permanecer em segredo desde que coloque em risco a segurança da sociedade e do Estado.
- D. ( ) Constitui ato de improbidade administrativa incorporar ao seu patrimônio valores integrantes dos proventos de inatividade o qual se faz jus por direito.

**11ª QUESTÃO** – Conforme o **Decreto-Lei nº 4.657/42, Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro**, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. ( ) Direito adquirido é a decisão judicial de que já não caiba recurso.
- B. ( ) Ato jurídico perfeito é aquele já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.
- C. ( ) O desconhecimento da lei é escusável.
- D. ( ) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com os Tratados Internacionais, de que o Brasil for signatário.

**12ª QUESTÃO** – Com respaldo na **Lei nº 13.869/19, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade**, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. ( ) Constitui sujeito ativo do crime de abuso de autoridade todo agente público que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, cargo público na administração direta dos Estados.
- B. ( ) As condutas descritas na Lei nº 13.869/19 constituem crime de abuso de autoridade mesmo quando não praticadas com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou terceiros, ou, ainda que não seja por mero capricho ou satisfação pessoal.
- C. ( ) Os crimes previstos na Lei nº 13.869/19 são de ação penal pública condicionada, sendo exigida a representação da vítima para as providências do Ministério Público.
- D. ( ) A perda do cargo, mandato ou função pública não se trata de efeito da condenação por crime de abuso de autoridade.

## LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

**13ª QUESTÃO** – Sobre as promoções, nos termos da **Lei Estadual nº 5.301, de 16/10/1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais e suas alterações**, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. ( ) Constitui requisito para concorrer à promoção obter resultado igual ou superior a 70% (setenta por cento) na AADP.
- B. ( ) O resultado do exame de aptidão profissional é fator que altera a ordem de classificação por antiguidade.
- C. ( ) O exame de aptidão profissional será aplicado a todas as Graduações de Sargentos, independentemente do Quadro e versará sobre matéria de interesse das instituições militares estaduais.
- D. ( ) A promoção por tempo de serviço é exclusiva de Cabos e Soldados da ativa.

**14ª QUESTÃO** – Sobre as sanções previstas na **Lei Estadual nº 14.310, de 19/06/2002, que dispõe sobre o Código de Ética de Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais - CEDM**, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. ( ) A sanção disciplinar de prestação de serviço consiste na atribuição de tarefa ao militar, fora de sua jornada habitual, com remuneração extra.
- B. ( ) A demissão é sanção disciplinar que pode ser aplicada aos militares da ativa e aos militares da reserva.
- C. ( ) A autoridade disciplinar tem autonomia para escolher o tipo de sanção que será aplicada ao militar transgressor, independente do somatório de pontos obtido.
- D. ( ) A sanção disciplinar objetiva preservar a disciplina e tem caráter preventivo e educativo.

**15ª QUESTÃO** – Considerando o conteúdo do **Manual de Gerenciamento de Frota da Polícia Militar de Minas Gerais – Aprovado pela Resolução nº 5.142, de 22/11/2021**, marque a alternativa **INCORRETA**.

- A. ( ) O Procedimento Administrativo de Viaturas (PAV) não tem nenhuma finalidade disciplinar ou criminal e será instaurado com a finalidade de, após a garantia do devido processo legal, quantificar o prejuízo ocorrido, identificar o responsável e determinar a forma de pagamento, em algumas situações, inclusive multas de trânsito.
- B. ( ) Considera-se acidente de trânsito com viatura todo evento não premeditado do qual resulte dano em veículo ou em carga da Instituição ou de terceiros e/ou lesões em pessoas e/ou animais, em que pelo menos uma das partes está em movimento nas vias terrestres ou áreas abertas ao público, que pode originar-se, terminar ou envolver veículo parcialmente na via pública.
- C. ( ) A instauração do Procedimento Administrativo de Viaturas (PAV) ocorrerá mediante despacho da autoridade competente, que é a da Unidade detentora da carga da viatura, confeccionado e publicado no SICOR, que indicará, com precisão, os dados que devem ser apurados. Nos casos em que a viatura estiver na situação de empréstimo de caráter temporário, a autoridade competente pela instauração será a da Unidade em que ela estiver sendo utilizada. O PAV será tramitado, eletronicamente, via SICOR, ao encarregado, que terá o prazo máximo de 30 dias para realizar a apuração.
- D. ( ) Na ausência de elementos que justifiquem a instauração de processo acusatório ou o arquivamento prévio dos autos, deverá a Unidade instaurar Relatório de Investigação Preliminar (RIP).

**16ª QUESTÃO** – Sobre a audição de testemunhas nos processos administrativos, prevista na **Resolução Conjunta nº 4.220, de 28/06/2012 - Manual de processos e procedimentos administrativos das instituições militares do Estado de Minas Gerais – MAPPA** marque a alternativa **INCORRETA**.

- A. ( ) Se a testemunha for militar, possuidor de precedência hierárquica em relação ao encarregado do ato, poderá se eximir da sua obrigação de depor.
- B. ( ) No caso de testemunha militar ou funcionário público em geral, a requisição e/ou solicitação para depor deverá ser dirigida, através de ofício, ao Comandante, Diretor ou Chefe do depoente, com indicação do dia, da hora e do local marcados para a audiência.
- C. ( ) Os termos de declarações ou depoimentos deverão ser redigidos de maneira mais semelhante possível à forma verbalizada pelo declarante/depoente.
- D. ( ) Deve o encarregado pelo ato, sempre que possível, ajustar informalmente a data/hora para a audição das testemunhas e utilizar, preferencialmente, o modelo de notificação inserido no próprio termo de audição, para melhor desenvolver os trabalhos.

**17ª QUESTÃO** – Sobre a transgressão disciplinar prevista no inc. IV do art. 13 da **Lei Estadual nº 14.310, de 19/06/2002, que dispõe sobre o Código de Ética de Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais - CEDM** (“exercer coação ou assediar pessoas com as quais mantêm relações funcionais”), com esclarecimentos previstos na **Instrução Conjunta de Corregedorias nº 01 (ICCPM/BM nº 01/14) de 03/02/2014, que estabelece padronização sobre as atividades administrativas e disciplinares no âmbito da PMMG e CBMMG**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. ( ) Relações funcionais significam necessariamente trabalhar na mesma Seção ou Unidade.
- B. ( ) A conduta só deve ser tratada na esfera administrativa uma vez que não pode ser configurada como crime.
- C. ( ) A coação constitui uma forma de constrangimento e de violência, podendo ser praticada física (material) ou moralmente, pelo superior ou subordinado.
- D. ( ) O assédio não é caracterizado como transgressão disciplinar quando praticado em desfavor de funcionários civis.

**18ª QUESTÃO** – Conforme a **Resolução nº 4.234, de 11/12/2012, que estabelece procedimentos e competência para a proposição, formalização, celebração, execução e prestação de contas de convênios e outros instrumentos congêneres no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG**, sobre a execução de convênios, marque a alternativa **INCORRETA**.

- A. ( ) Os bens materiais e equipamentos adquiridos com recursos de convênios com órgãos e entidades públicas não poderão ser doados após o cumprimento do objeto do convênio.
- B. ( ) A liberação dos recursos financeiros e os procedimentos para a realização das despesas somente poderão ter início após a assinatura e a publicação do extrato de convênio no órgão oficial dos Poderes do Estado.
- C. ( ) O convênio deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas acordadas e a legislação em vigor, respondendo cada parte pela responsabilidade assumida.
- D. ( ) Quando o convênio compreender a aquisição de equipamentos e materiais permanentes será obrigatório a estipulação do destino a ser dado aos bens remanescentes na data da extinção do acordo ou ajuste.

**19ª QUESTÃO** – Considere a seguinte situação hipotética e, ao final, responda o que se pede: “Diante da necessidade de uma nova sede para o Destacamento PM de uma cidade, em razão de alagamentos ocorridos com as cheias do rio, um 2º Tenente PM, Comandante do Pelotão PM determina a um 1º Sargento PM, Comandante do referido Destacamento PM que providencie um local na parte alta da cidade para a instalação do Destacamento. Após diligências, o 1º Sargento PM informa ao Comandante de Pelotão que encontrou um imóvel, de um comerciante, e que, durante as tratativas, o comerciante disse: ‘É até bom que vocês venham para cá, pois esse imóvel está aí parado mesmo. Assim, pelo ao menos, vocês tomam conta dele para mim. Nem precisam pagar nada.’”

Conforme a **Resolução nº 5.139, de 25/10/2021, que aprova o Manual de Gestão de Imóvel da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG**, marque a alternativa que contém a forma **CORRETA** de utilização desse imóvel para a instalação do Destacamento PM narrado acima.



- A. ( ) Cessão de Uso.
- B. ( ) Locação de imóveis.
- C. ( ) Autorização de uso de espaço físico.
- D. ( ) Comodato.

**20ª QUESTÃO** – Considerando o conteúdo da **Instrução Conjunta de Corregedorias nº 02 (ICCPM/BM nº 02/14) de 03/02/2014, que estabelece padronização sobre as atividades de Polícia Judiciária Militar no âmbito da PMMG**, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. ( ) Efetuada a prisão em flagrante, o militar preso deverá ser imediatamente apresentado pelo condutor ao Comandante, ou ao Oficial de Dia, ou à autoridade correspondente. O militar condutor será, em regra, aquele que deu voz de prisão em flagrante e apresentou o autor do crime militar à autoridade competente. E quando o subordinado der voz de prisão em flagrante delito a um superior, aquele deverá reter o preso no local até que este possa ser conduzido por um militar de mesma graduação, mesmo que mais moderno, ou seu superior hierárquico.
- B. ( ) As testemunhas do fato delituoso deverão estar presentes no ato da apresentação do militar conduzido. Caso não existam testemunhas da infração, serão exigidas, no mínimo, uma testemunha que tenha presenciado a apresentação do preso à autoridade.
- C. ( ) Em situações definidas como crime comum, caso haja a lavratura do boletim de ocorrência, este será, em regra, endereçado à Autoridade de Polícia Judiciária Militar competente para lavratura do APF, sendo que todas as alterações ocorridas no local do crime, em decorrência de medidas essenciais, deverão ser consignadas no histórico do Boletim de Ocorrência.
- D. ( ) A prisão em flagrante poderá ser efetuada em qualquer dia e a qualquer hora, respeitadas as garantias constitucionais do preso. O emprego de força só é permitido quando indispensável, no caso de desobediência, resistência ou tentativa de fuga. Do mesmo modo, o emprego de algemas constitui medida excepcional, justificando-se apenas em situações de resistência à prisão, fundado receio de fuga ou para preservar a integridade física do executor, do preso ou de terceiros, devendo tal circunstância ser consignada em boletim de ocorrência.

**21ª QUESTÃO** – Considerando o conteúdo da **Resolução nº 4.745/2018 – CG, que trata dos Procedimentos operacionais para lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrências (TCO) pela Polícia Militar de Minas Gerais**, marque a alternativa **INCORRETA**.

- A. ( ) O REDS-TC, em regra, terá como destinatário o Juiz de Direito do JECrim ou correspondente.
- B. ( ) Os materiais arrecadados/apreendidos no REDS-TC, que deverão constar no REDS, serão acondicionados e lacrados pelo seu relator em invólucro próprio e entregues na CREDS-TC até o primeiro dia útil após o final do turno de serviço.
- C. ( ) No caso do policial militar em serviço e durante atuação policial ser um dos envolvidos da ocorrência a ser registrada, é necessária uma análise e avaliação mais criteriosa quanto à necessidade de o TCO ser feito por outro policial militar sem envolvimento com os fatos.
- D. ( ) A operacionalização da rotina da agenda do JECrim deverá ser definida pelo Comando das Unidade/Fração com o Juiz de Direito da respectiva comarca.

**22ª QUESTÃO** – Considerando o conteúdo da **Resolução nº 4.745/2018 – CG, que trata dos Procedimentos operacionais para lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrências (TCO) pela Polícia Militar de Minas Gerais**, analise as assertivas adiante e, em seguida, responda o que se pede:

- I. A CREDS-TC das Unidades serão subordinadas tecnicamente às P/3 do Batalhão.
- II. É atribuição da CREDS-TC da Unidade receber os REDS-TC confeccionados da respectiva Unidade, conferir toda a documentação constante do REDS-TC e providenciar às correções necessárias, quando for o caso.
- III. É atribuição da CREDS-TC encaminhar, se possível no primeiro dia útil posterior ao registro, os REDS-TC ao JECrim, sendo que a Unidade deverá diligenciar para que o encaminhamento do REDS-TC não ultrapasse o prazo máximo de uma semana.

- IV. Cabe a CREDS-TC da Unidade manter rígido controle dos materiais arrecadados/apreendidos nos REDS- TC e encaminhar à perícia os materiais arrecadados/apreendidos, quando for o caso.
- V. Cabe a CREDS-TC da Unidade encaminhar semanalmente, ou em outro prazo pré-definido junto ao Juízo, os materiais arrecadados/apreendidos ao JECrim.

É **CORRETO** afirmar que:

- A. ☐ Apenas uma das assertivas é falsa.
- B. ☐ Todas as assertivas são verdadeiras.
- C. ☐ Duas das assertivas são falsas.
- D. ☐ Três das assertivas são falsas.

**23ª QUESTÃO** – Considerando o conteúdo da **Resolução nº 5.136, de 08/10/2021 - Dispõe sobre a cautela fixa de arma de fogo pertencente à Polícia Militar de Minas Gerais**, relacione a segunda coluna de acordo com a primeira:

- |                                    |  |
|------------------------------------|--|
| ( 1 ) A CFAP será revogada quando: | ( ) estiver licenciado ou dispensado do uso de arma de fogo por motivo de saúde, enquanto perdurar a situação;                         |
| ( 2 ) A CFAP será suspensa quando: | ( ) não for mais conveniente e oportuno, a critério da administração.  |
| ( 3 ) A CFAP será cassada quando:  | ( ) estiver preso à disposição da Justiça  |
|                                    | ( ) for movimentado para outra Unidade, transferido para a reserva ou reformado, ou quando colocado na situação funcional de agregado. |
|                                    | ( ) for excluído das fileiras da instituição   |
|                                    | ( ) enquanto estiver cumprindo a sanção disciplinar de suspensão   |

Marque a alternativa que contém a sequência **CORRETA** de respostas, na ordem de cima para baixo.

- A. ☐ 2, 1, 3, 2, 3, 1
- B. ☐ 2, 1, 3, 3, 1, 2
- C. ☐ 1, 2, 3, 1, 2, 3
- D. ☐ 2, 1, 3, 1, 3, 2

**24ª QUESTÃO** – Considerando o conteúdo da **Resolução nº 5.135, de 08/10/2021, que dispõe sobre a aquisição, a venda, o cadastro, o registro, a posse e o porte de arma de fogo, munição e colete de proteção balística de propriedade dos policiais militares da PMMG**, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. ☐ O militar que tiver o porte de arma de fogo cassado ou suspenso poderá trabalhar em serviços operacionais que exijam o porte, podendo ser empregado em atividades que seja necessário o uso de arma de fogo.
- B. ☐ A aquisição de colete de proteção balística de uso permitido não necessita de prévia autorização institucional, sendo permitida a utilização de colete de proteção balística particular em serviço.
- C. ☐ O proprietário que tiver sua arma de fogo de uso restrito extraviada, furtada, roubada ou perdida, somente pode adquirir nova arma de uso restrito depois de solução de procedimento investigatório que ateste não ter havido por parte do proprietário imperícia, imprudência ou negligência, bem como indício de cometimento de crime.
- D. ☐ Quando o militar estiver com licença de saúde que restrinja o uso e o manuseio de armamento e, ao mesmo tempo, ele possuir arma de fogo registrada no SIGMA, constante do acervo de colecionamento, tiro desportivo ou caça, a Unidade do militar não precisará comunicar aquela situação ao órgão competente do EB para fins de suspensão ou cancelamento do respectivo registro, nos termos da legislação de regência.

## DOCTRINA OPERACIONAL

**25ª QUESTÃO** – Os CAC (Colecionadores de armas, Atiradores desportivos e Caçadores) terão direito ao porte de trânsito, pelo qual poderá portar uma arma de fogo curta municiada, alimentada e carregada (de seu acervo e cadastrada), quando estiverem em trânsito para treinamento, competição, abate autorizado de fauna, exposição de acervo e demais práticas autorizadas pela lei. Com base no **Memorando nº 30.140.4/21-EMPM, que padroniza procedimentos de abordagem e fiscalização de Caçadores, Atiradores desportivos e Colecionadores de armas (CAC) no âmbito da PMMG**, analise as assertivas abaixo e, ao final, marque a alternativa que **NÃO** corresponde a um documento que o CAC deva estar portando.

- A. ( ) Certificado de Porte Especial de Arma de Fogo, expedido pela Delegacia de Polícia Federal.
- B. ( ) Certificado de Registro de colecionador, atirador desportivo ou caçador (CR) válido.
- C. ( ) Guia de Tráfego (GT) válida.
- D. ( ) No caso de caçador, deverá portar também o Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal – IBAMA, Autorização de Manejo emitida através do Sistema de Informação de Manejo de Fauna (SIMAF) e documento de Identidade (com foto) de todos os envolvidos no manejo.

**26ª QUESTÃO** – Com relação ao **Memorando nº 30.140.4/21-EMPM, que padroniza procedimentos de abordagem e fiscalização de Caçadores, Atiradores desportivos e Colecionadores de armas (CAC) no âmbito da PMMG**, marque a alternativa **INCORRETA** no que se refere aos Procedimentos de Abordagem a CAC (Colecionadores de armas, Atiradores desportivos e Caçadores) fora de sua residência ou local de trabalho.

- A. ( ) Verificar se as armas desmuniadas estão sendo conduzidas separadas das munições. Deixar de conduzir as armas desmuniadas separadas das munições constitui infração a ser noticiada por meio de REDS para o Exército. Nesses casos, conforme orientação do Exército Brasileiro, é exigido portar o CR, CRAF e GT das armas transportadas.
- B. ( ) Caso o abordado apresente sintomas de embriaguez ou efeito de substâncias químicas/alucinógenas, tal situação deverá ser descrita em Ofício, encaminhado ao Comando do Exército ou Delegacia da Polícia Federal via malote pela P3 da Unidade.
- C. ( ) Caso não possua “porte federal de arma”, verificar se o abordado possui Certificado de Registro de colecionador, atirador desportivo ou caçador (CR) válidos. Averiguar a autenticidade e validade do documento por meio do aplicativo VIO, se possível.
- D. ( ) Averiguar se o abordado possui Guia de Tráfego válida, verificar a origem e destino previstos, se o porte está sendo realizado de acordo com a finalidade autorizada na guia e se os produtos correspondem ao que está especificado no documento. A GT possui um código verificador que permite a conferência de autenticidade no site: [sgte.eb.mil.br](http://sgte.eb.mil.br). A autenticidade também pode ser verificada por meio do aplicativo VIO, caso tenha Código QR.

**27ª QUESTÃO** – Trata-se de um indicador monitorado pela PMMG, haja vista seu impacto na sensação de segurança da população. Com base na **Instrução nº 8001.2/22-CG, que dispõe sobre a Gestão do Desempenho Operacional – GDO**, qual indicador de resultado abaixo refere-se a afirmativa?

- A. ( ) Indicador de Crimes Violentos (ICV).
- B. ( ) Indicador de Homicídios Consumados (IHC).
- C. ( ) Indicador de Reação Imediata.
- D. ( ) Indicador de Furtos (IF).

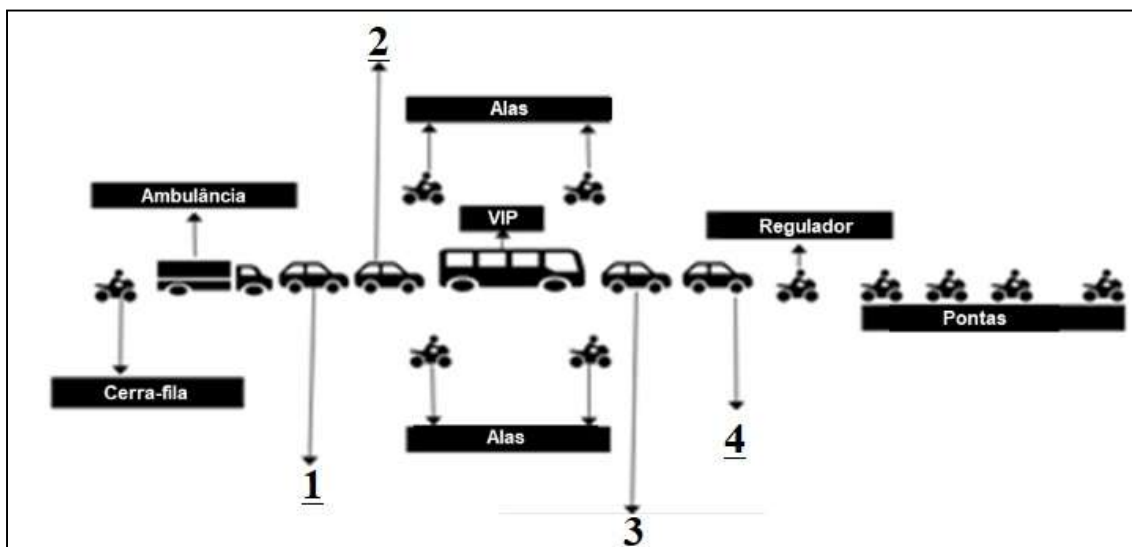
**28ª QUESTÃO** – Os indicadores de esforço buscam aferir, quantitativamente, as ações desenvolvidas pelos gestores operacionais no emprego de ferramentas de mitigação da ocorrência de crimes, bem como, das ações de resposta quando de seu acontecimento. Com base na **Instrução nº 8001.2/22-CG, que dispõe sobre a Gestão do Desempenho Operacional – GDO**, marque a alternativa que **NÃO** é um indicador de esforço.

- A. ( ) Indicador de Prevenção aos Crimes e Infrações Ambientais.  
 B. ( ) Operação Lei Seca.  
 C. ( ) Indicador de Acidentes de Trânsito com Vítimas nas Rodovias Estaduais e Federais delegadas.  
 D. ( ) Indicador de Apreensão de Armas de Fogo.

**29ª QUESTÃO** – Trata-se da definição de Direitos Inderrogáveis com base na **Diretriz nº 3.01.09/2018-CG**, que regulamenta a **Atuação da Polícia Militar de Minas Gerais segundo a filosofia de direitos humanos**, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. ( ) São direitos que não podem ser abolidos, anulados ou invalidados em nenhuma circunstância. São os direitos de não ser torturado ou escravizado, por exemplo.  
 B. ( ) São direitos que não podem ser abolidos, anulados ou invalidados, mas podem ser limitados ou restritos de acordo com as circunstâncias.  
 C. ( ) Não podem ser suspensos, nem restritos, mesmo durante a declaração de Estado de Emergência.  
 D. ( ) São direitos que podem ser abolidos, anulados ou invalidados sem a necessidade de motivação. Normalmente não estão no rol de Direitos Humanos.

**30ª QUESTÃO** – Em se tratando de uma composição de escolta que envolve outros órgãos, como por exemplo, uma escolta de autoridades estrangeiras, que tem acompanhamento da Polícia Federal, qual será a posição no dispositivo do Comandante da escolta com base no **Manual Técnico-Profissional nº 3.04.05/2020-CG**, regula as escoltas policiais e conduções diversas no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais? Marque a alternativa **CORRETA**.



- A. ( ) 2  
 B. ( ) 3  
 C. ( ) 4  
 D. ( ) 1

**31ª QUESTÃO** – Com base no **Manual Técnico-Profissional nº 3.04.05/2020-CG**, regula as escoltas policiais e conduções diversas no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais, marque a alternativa **INCORRETA**, considerando a escolta de pessoas presas em viatura sem compartimento de segurança:

- A. ( ) Posicionamento de 1 (uma) pessoa presa, em viatura sem compartimento de segurança composta por 2 (dois) policiais militares: o escoltado será conduzido no banco traseiro, algemado com as mãos para trás e seguro pelo cinto de segurança, sentado do lado contrário ao do motorista, estando as portas traseiras travadas e os vidros fechados.

- B. ( ) Posicionamento de 1 (uma) pessoa presa, em viatura sem compartimento de segurança composta por 3 (três) policiais militares: o escoltado será conduzido no banco traseiro, algemado com as mãos para trás e seguro pelo cinto de segurança, sentado do lado contrário ao do motorista, estando a porta traseira do lado da pessoa presa travada e o vidro fechado, e a do lado do policial militar, destravada.
- C. ( ) A realização de escoltas de 2 (duas) ou mais pessoas presas em viaturas sem compartimento de segurança é desaconselhável.
- D. ( ) A condução ou escolta por 1 (um) policial militar de 1 (uma) pessoa presa em viatura sem compartimento de segurança só será realizada após criteriosa avaliação de risco feita pelo policial militar envolvido.

**32ª QUESTÃO** – Considerando a ativação dos serviços da PMMG, alguns serviços são essenciais e outros eletivos. Neste caso, com base na **Resolução nº 4.827/2019-CG, dispõe sobre o Portfolio de Serviços da Polícia Militar de Minas Gerais**, marque a alternativa de serviço em que sua classificação é **ESSENCIAL** para o policiamento ostensivo geral:

- A. ( ) PROERD.
- B. ( ) Videomonitoramento.
- C. ( ) Patrulha a Pé.
- D. ( ) Ciclopatrulha.

**33ª QUESTÃO** – Considere a seguinte situação hipotética e, ao final, responda o que se pede. “O COPOM anunciou um roubo a Drogaria Araújo em que 2 (dois) homens armados estavam assaltando a referida farmácia. A viatura do CPU que estava próxima deslocou para ocorrência e deparou com os infratores, estes, ao perceberem a presença do CPU, tomaram as 2 (duas) funcionárias da Drogaria como refém e apontaram armas para cabeças das mulheres. Os assaltantes exigiram que o CPU acionasse os seus familiares e advogados.” Considerando os tipos de perpetradores de incidentes críticos em relação as características apresentadas nessa ocorrência, estamos tratando de que tipo de perpetrador. Neste caso, com base na **Instrução nº 3.03.24/2018-CG, que regula a primeira intervenção em ocorrências de incidentes críticos de segurança pública de natureza policial**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. ( ) Criminoso comum.
- B. ( ) Suicida armado.
- C. ( ) Ocasional/Eventual.
- D. ( ) Terrorista.

**34ª QUESTÃO** – Conforme previsto no Manual Técnico Profissional 04, a Tática de Posicionamento Paralelo na abordagem a veículo utilizando viaturas de 04 rodas deverá ser empregada em abordagens nível 1 (caráter educativo ou assistencial), ou ainda em operações preventivas com parada de veículos para fiscalização de documentos ou equipamentos obrigatórios. De acordo com o previsto no **Manual Técnico-Profissional nº 3.04.04/2020-CG, que regula a abordagem a veículos no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais - MTP 04**, sobre os procedimentos para a Tática de Posicionamento Paralelo, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. ( ) Durante a abordagem a veículo com uso da Tática de Posicionamento Paralelo, o PM verbalizador e o PM segurança seguirão pela área de aproximação estando os ocupantes do veículo ainda embarcados. O PM verbalizador estará com sua arma na posição 1 (arma localizada) enquanto o PM segurança estará com sua arma na posição 2 (arma em guarda baixa).
- B. ( ) O policial verbalizador deve se posicionar na área de alcance enquanto o policial segurança deve permanecer na área de aproximação do lado direito do veículo, com atenção voltada aos pontos quentes.
- C. ( ) Durante a abordagem nível 1 o policial militar poderá vislumbrar algum fato ou comportamento dos ocupantes do veículo que gerem fundada suspeita. Diante de uma situação como essa, os policiais devem imediatamente aproximar do abordado e colocá-lo em uma das posições de contenção, com objetivo de conter o suspeito e antecipar qualquer tipo de agressão.

- D. ( ) Durante a abordagem, recomenda-se que o PM Segurança permaneça na área de aproximação do lado direito do veículo, com a arma em pronta resposta (posição 4), com foco nas mãos e movimentação do motorista e dos passageiros no interior do veículo, de acordo com as avaliações de risco.

**35ª QUESTÃO – O Manual Técnico profissional 04 regula a abordagem à veículos no âmbito da Polícia Militar e prevê procedimentos operacionais específicos que devem ser adotados pelos policiais militares durante uma abordagem à ônibus. Com relação aos conhecimentos previstos no Manual Técnico-Profissional nº 3.04.04/2020-CG, acerca da abordagem à ônibus, marque a alternativa INCORRETA.**

- A. ( ) Em uma abordagem nível 2 nos ônibus com duas ou mais portas de acesso, é aconselhável que o PM Segurança Externa se posicione sobre a calçada/acostamento, próximo à porta central, se houver, onde permanecerá com a atenção voltada para a área externa ao ônibus.
- B. ( ) Em uma abordagem nível 2 em um ônibus com duas ou mais portas e com roleta, após realizada a primeira parte da abordagem na parte dianteira do ônibus, o PM Comandante permanecerá na parte dianteira, mantendo-se atento às atitudes dos passageiros. O PM Revistador desembarcará e se deslocará para a porta traseira do coletivo, enquanto que os demais policiais manterão o posicionamento.
- C. ( ) Em uma abordagem nível 3, após a parada efetiva do ônibus, a guarnição policial posicionará sua viatura atrás dele, a uma distância de 5 (cinco) a 10 (dez) metros, na diagonal em relação à via.
- D. ( ) Durante uma abordagem nível 3, se possível, o PM Verbalizador determinará ao condutor do ônibus que abra apenas a porta traseira, caso o veículo tenha mais de uma porta.

**36ª QUESTÃO – A efetivação da metodologia de malha protetora no emprego operacional da PMMG ocorre pela superposição articulada de 5 (cinco) níveis de escalonamento de esforços, denominados esforços de emprego operacional. Baseado no modelo de malha protetora e na articulação dos esforços de emprego operacional previstos Diretriz 3.01.01/2019, que regula o emprego operacional da Polícia Militar de Minas Gerais - DGEOp, marque a alternativa CORRETA.**

- A. ( ) Os serviços ordinários exercidos pelas Unidades de Comando de Policiamento do Meio Ambiente (CPMAmb) e Comando de Policiamento Rodoviário (CPRv) encontram-se no 2º esforço de emprego operacional.
- B. ( ) Em se tratando de ações repressivas nas situações de fundada suspeita ou certeza do cometimento do delito, não cabe intervenção dos recursos que compõem o 1º esforço de emprego operacional. Nesses casos, a intervenção deve ser realizada pelos recursos de recobrimento previstos no modelo de malha protetora.
- C. ( ) O 3º esforço de emprego operacional é realizado por meio do recobrimento do policiamento, pela atuação das unidades especializadas em apoio à Unidade com responsabilidade territorial. Na capital é exercido pelo emprego ordinário das Unidade que atualmente integram o Comando de Policiamento Especializado (CPE).
- D. ( ) As atividades de radiopatrulhamento aéreo exercidas pelo ComAvE não percorrem os esforços definidos pela metodologia de malha protetora no emprego operacional, visto se tratar de atividade técnica - especializada que não se enquadra na articulação operacional de escalonamento de esforços.

**37ª QUESTÃO – Com relação às definições e conceitos previstos na Instrução 3.03.21/2017, que regula o emprego das Bases do Projeto Segurança Comunitária, vinculado ao Programa Mais Segurança, do Governo de Minas Gerais, marque a opção CORRETA.**

- A. ( ) Durante o turno a Base permanecerá no local previamente definido e os deslocamentos serão autorizados somente em circunstâncias excepcionais, com a devida autorização do Coordenador de Policiamento da Unidade (CPU).
- B. ( ) Os motociclistas da BSC não poderão atender às demandas de segurança pública determinadas pelo Comandante de setor, uma vez que devem permanecer vinculados próximos à BSC e ao ponto estratégico em que ela se encontra.

- C.( ) As BSC são consideradas serviços eletivos nas grades de ativação dos serviços destinados ao policiamento ostensivo geral das Unidades responsáveis pelos municípios definidos pela PMMG para a instalação do serviço.
- D.( ) Durante o turno a BSC permanecerá no local previamente definido, sendo vedado em qualquer hipótese seu deslocamento, visto que o conceito operacional do serviço define o posicionamento estratégico e permanente como um dos principais atributos para o estabelecimento de uma referência para a comunidade.

**38ª QUESTÃO** – O uso da força policial é um tema que engloba muitas variáveis e possibilidades de ação. De acordo com as circunstâncias, sua intensidade pode variar desde a simples presença policial-militar até o emprego de força potencialmente letal como o disparo da arma de fogo contra pessoa, sendo, neste caso, considerado como o único recurso capaz de cessar a ação delituosa e de medida extrema de uma intervenção policial. O modelo gráfico do uso diferenciado da força é um recurso visual, destinado a auxiliar na conceituação, no planejamento, no treinamento e na comunicação dos critérios sobre o uso da força. A sua utilização aumenta a confiança e a competência do policial militar, na organização e na avaliação das respostas práticas adequadas. Com relação ao **Manual Técnico-Profissional nº 3.04.01/2020-CG – PMMG, regula a Intervenção Policial, o Processo de Comunicação e o Uso da Força no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais**, marque a alternativa **INCORRETA**.

- A.( ) Os superiores imediatos, igualmente, serão responsabilizados quando os policiais militares sob suas ordens tenham recorrido ao uso excessivo de força e esses superiores, cientes destas circunstâncias, não adotarem todas as medidas disponíveis para impedir, fazer cessar ou comunicar o fato.
- B.( ) A decisão entre as alternativas do uso da força se baseará em um processo de avaliação de riscos, que leva em consideração as informações e o contexto referente à intervenção policial, não sendo relevante neste processo específico a análise sobre a formação e o treinamento do policial.
- C.( ) A ostensividade da arma de fogo, relativa ao uso dissuasivo da arma de fogo, tem um reflexo sobre o abordado que pode ter sua ação cessada pelo seu impacto psicológico, que a arma provocar.
- D.( ) A Polícia Militar de Minas Gerais considera o cão policial, devidamente treinado e conduzido, como um recurso equiparado a um instrumento de menor potencial ofensivo, levando-se em conta as mais diversas situações de emprego tático, as circunstâncias de exclusão de antijuridicidade ou crime.

**39ª QUESTÃO** – Com relação aos conceitos apresentados no **Manual Técnico-Profissional nº 3.04.03/2020-CG, que regula a blitz policial no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais**, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A.( ) A blitz policial classifica-se em 03 categorias, que se diferem basicamente quanto à estrutura de pessoal necessária para a sua execução.
- B.( ) Uma blitz de categoria 3 é conceituada como de grande porte e deve ser realizada com efetivo de 7 policiais ou mais e no mínimo 1 viatura.
- C.( ) De acordo com os objetivos, as operações blitz classificam-se em educativa, preventiva e repressiva.
- D.( ) Os tipos de blitz não guardam relação com as categorias de blitz.

**40ª QUESTÃO** – Durante turno de serviço, o 1º Sargento mais antigo do turno foi informado por populares sobre ocorrência de duplo homicídio consumado, na qual dois corpos se encontravam em via pública, já sem vida, vítimas de disparo de arma de fogo. O Sargento deslocou até o local indicado e confirmou a presença dos dois corpos em via pública, na posição decúbito ventral, já sem vida. De acordo com o **Manual Técnico-Profissional nº 3.04.02/2020-CG, que regula a Abordagem a Pessoas no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais**, marque a que **NÃO CORRESPONDE** a um procedimento operacional **CORRETO** a ser adotado pelo 1º Sargento no local do crime:

- A.( ) Isolar a área onde se deu os acontecimentos, usando fitas zebradas. Na ausência desse material, poderão ser utilizados materiais alternativos, como arames, cavaletes, cones, cabos de aço ou outros meios disponíveis, sendo que ninguém poderá se deslocar dentro da área isolada antes dos trabalhos periciais.
- B.( ) Posicionar-se no perímetro imediato, mantendo a vigilância e preservando os vestígios até a chegada dos peritos criminais.
- C.( ) Prestar informações à imprensa de forma objetiva sobre os fatos.
- D.( ) Observar todas as imediações para definir os limites de isolamento, podendo abranger trechos de ruas, ou quarteirões (quadras) e estabelecimentos comerciais que tenham relação direta com o crime.

-----corte aqui-----

**RASCUNHO DO GABARITO**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40